

## PESSOAS SURDAS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL II

DEAF PEOPLE AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES: AN EXPERIENCE  
REPORT FROM A PUBLIC MIDDLE SCHOOL

LAS PERSONAS SORDAS Y LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA: RELATO DE  
UNA EXPERIENCIA EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE EDUCACIÓN SECUNDARIA

Rosemeire de Jesus Carvalho<sup>1</sup>  
Helano da Silva Santana-Mendes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido a partir do estágio supervisionado realizado no curso de Formação Pedagógica em Letras Libras. O estudo teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de Libras no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola pública de ensino fundamental II localizada no município de Vitória da Conquista, Bahia. A experiência ocorreu entre setembro e novembro de 2022 e envolveu atividades de observação, regência de aulas e entrevistas com profissionais da instituição. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, baseada em relato de experiência e análise reflexiva das práticas pedagógicas observadas. Os resultados evidenciam que o AEE desempenha papel fundamental no desenvolvimento linguístico e educacional do estudante surdo, contribuindo para o fortalecimento da Libras como primeira língua e para o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua. Contudo, também foram identificados desafios relacionados à escassez de recursos pedagógicos, às barreiras linguísticas e às limitações estruturais presentes no contexto escolar. Conclui-se que, embora haja avanços no processo de inclusão escolar, ainda são necessários investimentos em políticas públicas, formação docente e recursos didáticos que garantam condições mais adequadas para a educação bilíngue de estudantes surdos.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Libras. Educação bilíngue. Atendimento Educacional Especializado. Ensino de surdos.

---

<sup>1</sup>Licenciada em Letras Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Pós-Graduada em educação profissional e tecnológica pelo Instituto Federal da Bahia.

<sup>2</sup>Licenciado em Letras Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação pela Metropolitan University of the Science and Technology; doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de Bacharelado em Letras Libras da Universidade Federal de Roraima.

**ABSTRACT:** This article presents a case study based on a supervised internship conducted as part of the Teacher Training Program in Language Letras Libras. The study aimed to analyze teaching practices related to the instruction of Libras in the Specialized Educational Services (AEE) program at a public middle school located in the municipality of Vitória da Conquista, Bahia. The experience took place between September and November 2022 and involved observation activities, classroom teaching, and interviews with professionals at the institution. Methodologically, this is a descriptive qualitative study based on an experience report and a reflective analysis of the observed pedagogical practices. The results show that the AEE plays a fundamental role in the linguistic and educational development of deaf students, contributing to the strengthening of Libras as a first language and to the teaching of written Portuguese as a second language. However, challenges were also identified related to the scarcity of pedagogical resources, language barriers, and structural limitations present in the school context. It is concluded that, although there have been advances in the process of school inclusion, investments are still needed in public policies, teacher training, and teaching resources to ensure more adequate conditions for the bilingual education of deaf students.

**Keywords:** Inclusive education. Libras. Bilingual education. Specialized Educational Services. Education of the deaf.

**RESUMEN:** Este artículo presenta un informe de experiencia elaborado a partir de las prácticas supervisadas realizadas en el curso de Formación Pedagógica en Letras Libras. El objetivo del estudio era analizar las prácticas pedagógicas relacionadas con la enseñanza de la lengua de signos brasileña (Libras) en el Servicio de Atención Educativa Especializada (AEE) de una escuela pública de enseñanza secundaria básica situada en el municipio de Vitória da Conquista, Bahia. La experiencia tuvo lugar entre septiembre y noviembre de 2022 e incluyó actividades de observación, dirección de clases y entrevistas con profesionales de la institución. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación cualitativa de carácter descriptivo, basada en un relato de experiencia y en el análisis reflexivo de las prácticas pedagógicas observadas. Los resultados evidencian que el AEE desempeña un papel fundamental en el desarrollo lingüístico y educativo del estudiante sordo, contribuyendo al fortalecimiento de la Libras como primera lengua y a la enseñanza del portugués escrito como segunda lengua. Sin embargo, también se identificaron retos relacionados con la escasez de recursos pedagógicos, las barreras lingüísticas y las limitaciones estructurales presentes en el contexto escolar. Se concluye que, aunque se han producido avances en el proceso de inclusión escolar, siguen siendo necesarias inversiones en políticas públicas, formación docente y recursos didácticos que garanticen condiciones más adecuadas para la educación bilingüe de los estudiantes sordos.

**Palabras clave:** Educación inclusiva. Libras. Educación bilingüe. Atención Educativa Especializada. Enseñanza de sordos.

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos princípios fundamentais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no que se refere à garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. Esse movimento está diretamente relacionado à ampliação das discussões sobre equidade, acessibilidade e respeito à diversidade no contexto escolar. A perspectiva inclusiva

busca superar modelos educacionais excludentes que, historicamente, afastaram determinados grupos sociais do acesso pleno à educação. Nesse sentido, a escola passa a ser compreendida como um espaço que deve acolher todos os estudantes, reconhecendo suas diferenças e criando condições pedagógicas que possibilitem sua participação efetiva nos processos de ensino e aprendizagem.

No contexto da educação de pessoas surdas, esse debate envolve, principalmente, o reconhecimento da língua brasileira de sinais (Libras) como língua natural e como elemento central para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social desses sujeitos. A língua de sinais constitui não apenas um meio de comunicação, mas também um importante marcador cultural e identitário para as pessoas surdas. Assim, garantir o acesso à Libras no ambiente educacional representa um passo essencial para promover a inclusão e assegurar condições adequadas de aprendizagem, respeitando as especificidades linguísticas desse grupo.

No Brasil, o reconhecimento legal da Libras ocorreu por meio da Lei nº 10.436, de 2002, que estabeleceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda majoritária. Esse reconhecimento representou um marco histórico na luta pelos direitos linguísticos das pessoas surdas, contribuindo para ampliar o debate sobre a educação bilíngue e sobre a necessidade de políticas educacionais que contemplem as particularidades linguísticas dessa população. Posteriormente, outras legislações e diretrizes educacionais passaram a reforçar a importância da Libras no contexto escolar, reconhecendo seu papel fundamental na promoção da inclusão educacional.

A partir dessas mudanças, fortaleceu-se a proposta de educação bilíngue para surdos, na qual a Libras é compreendida como primeira língua (L1) e a língua portuguesa escrita como segunda língua (L2). Nesse modelo educacional, a língua de sinais assume papel central no processo de construção do conhecimento, possibilitando ao estudante surdo o acesso ao conteúdo escolar por meio de sua língua natural. Ao mesmo tempo, o ensino da língua portuguesa escrita busca ampliar as possibilidades de interação social e participação desses estudantes em diferentes contextos da sociedade.

Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel fundamental ao oferecer suporte pedagógico complementar aos estudantes com deficiência, incluindo os estudantes surdos. O AEE é concebido como um serviço que busca minimizar - ao menos - as barreiras que possam dificultar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes no ensino regular. Por meio desse atendimento, são desenvolvidas estratégias

pedagógicas, recursos didáticos e práticas educativas que visam atender às necessidades específicas dos estudantes, promovendo maior equidade no processo educativo.

No caso dos estudantes surdos, o AEE pode incluir atividades voltadas ao fortalecimento da Libras, ao desenvolvimento da língua portuguesa escrita e ao uso de recursos visuais e tecnológicos que favoreçam a aprendizagem. Além disso, ele também desempenha um papel importante na articulação entre professores, gestores escolares e demais profissionais da educação, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas no ambiente escolar.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de Libras no AEE em uma escola pública de ensino fundamental II no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia. A partir de um relato de experiência decorrente do estágio supervisionado realizado em uma sala de AEE, busca-se refletir sobre as possibilidades e os desafios da educação inclusiva no contexto da educação de surdos, considerando tanto os aspectos pedagógicos quanto as condições estruturais e institucionais que influenciam esse processo educativo.

Após esta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, apresenta-se a fundamentação teórica, na qual são discutidos aspectos relacionados à educação de surdos, à perspectiva da educação bilíngue e ao papel do AEE no processo de inclusão escolar. Em seguida, descreve-se a metodologia do estudo, caracterizando o tipo de pesquisa realizada e os procedimentos adotados durante o estágio supervisionado. Posteriormente, é apresentado o relato de experiência, no qual são descritas as práticas pedagógicas observadas e desenvolvidas no contexto da sala de AEE, bem como as percepções decorrentes dessa vivência. Na sequência, desenvolve-se uma discussão acerca dos resultados observados, relacionando-os com os pressupostos teóricos da área. Por fim, o artigo apresenta as considerações finais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação de surdos tem sido historicamente marcada por diferentes abordagens pedagógicas, refletindo transformações nas concepções de linguagem, aprendizagem e inclusão ao longo do tempo. Durante muitos anos predominou, no campo educacional, o modelo oralista, que tinha como principal objetivo ensinar as pessoas surdas a desenvolver habilidades de fala e leitura labial, priorizando exclusivamente a língua oral. Nesse modelo, as línguas de sinais eram frequentemente desvalorizadas ou até mesmo proibidas em ambientes escolares, sob a

justificativa de que seu uso poderia dificultar o desenvolvimento da língua oral. Como consequência, muitos estudantes surdos enfrentaram dificuldades no processo de escolarização, uma vez que lhes era negado o acesso a uma língua plenamente acessível.

Essa perspectiva começou a ser questionada a partir de estudos linguísticos que demonstraram que as línguas de sinais possuem estrutura gramatical própria, complexidade linguística e capacidade expressiva equivalentes às línguas orais. Um dos marcos fundamentais nesse processo foi o trabalho de William Stokoe (1960), que analisou a estrutura linguística da língua americana de sinais (ASL) e evidenciou que ela apresenta elementos fonológicos, morfológicos e sintáticos sistematicamente organizados. A partir dessas contribuições, as línguas de sinais passaram a ser reconhecidas como línguas naturais das comunidades surdas, o que fortaleceu os movimentos em defesa de uma educação que respeitasse as especificidades linguísticas desses sujeitos.

No contexto brasileiro, diversos pesquisadores passaram a defender a adoção da perspectiva bilíngue na educação de surdos. Para autores como Skliar (1998), Quadros (2004), Lodi (2013) e outros, a educação bilíngue representa uma proposta pedagógica que reconhece a Libras como língua natural da comunidade surda e como meio fundamental de acesso ao conhecimento. Nesse modelo educacional, a Libras assume o papel de primeira língua (L<sub>1</sub>), sendo utilizada como língua de instrução e de interação no ambiente escolar, enquanto a língua portuguesa, na modalidade escrita, é ensinada como segunda língua (L<sub>2</sub>).

5

A perspectiva bilíngue busca garantir que os estudantes surdos tenham acesso a uma língua plenamente acessível desde os primeiros anos de vida, condição considerada essencial para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social. Isso é de veras relevante, pois a linguagem desempenha papel central na organização do pensamento e na construção do conhecimento (Quadros, 2004). Dessa forma, quando a criança surda tem acesso precoce à língua de sinais, ela pode desenvolver suas habilidades linguísticas de maneira mais consistente, favorecendo também sua aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento.

Além do aspecto linguístico, a educação bilíngue também reconhece a importância da dimensão cultural na formação dos estudantes surdos. A língua de sinais está diretamente relacionada à cultura e à identidade da comunidade surda, constituindo um elemento fundamental na construção de sua identidade social. Assim, a valorização da Libras no contexto educacional contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também para o fortalecimento de sua identidade cultural e de sua participação social.

Posteriormente, a regulamentação da Lei nº 10.436/2002 pelo Decreto nº 5.626/2005 ampliou as diretrizes para a difusão, o ensino e a valorização da Libras no contexto educacional e social. Esse decreto estabeleceu medidas importantes para a consolidação dos direitos linguísticos da comunidade surda, entre elas a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, bem como a promoção de condições de acessibilidade linguística para pessoas surdas em diferentes espaços sociais e educacionais. Dessa forma, o decreto contribuiu significativamente para o fortalecimento da Libras como língua de instrução, comunicação e participação social no Brasil.

A partir dessas conquistas legais, fortaleceu-se no cenário educacional brasileiro o debate em torno da educação bilíngue para surdos. Essa perspectiva educacional busca assegurar que os estudantes surdos tenham acesso ao conhecimento por meio de uma língua plenamente acessível, ao mesmo tempo em que desenvolvem competências na língua portuguesa escrita, ampliando suas possibilidades de participação acadêmica e social. Mais recentemente, a Lei nº 14.191/2021 incorporou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a modalidade de educação bilíngue de surdos, reforçando a importância de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas dessa população e reconhecendo a educação bilíngue como um direito educacional das pessoas surdas no Brasil.

Diante dessas transformações legais e pedagógicas, torna-se evidente que o reconhecimento da Libras e a consolidação da educação bilíngue representam avanços significativos para a garantia dos direitos educacionais das pessoas surdas no Brasil. No entanto, para que esses princípios se efetivem no cotidiano escolar, é necessário que existam estratégias e serviços educacionais capazes de atender às necessidades linguísticas e pedagógicas desses estudantes. Nesse contexto, destaca-se o papel do AEE, que se configura como um espaço complementar de apoio ao processo de escolarização dos estudantes surdos.

## **2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

No contexto das políticas educacionais inclusivas no Brasil, o AEE surge como um importante instrumento para garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no sistema educacional. O AEE foi regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 2008, e posteriormente reorganizado pelo Decreto nº 7.611, de 2011, que estabelece diretrizes para a oferta desse serviço no âmbito da educação básica.

De acordo com a legislação brasileira, o AEE consiste em um serviço pedagógico que complementa ou suplementa a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esse atendimento deve ocorrer, preferencialmente, em salas de recursos multifuncionais ou em espaços específicos da escola, sendo ofertado em turno oposto ao das aulas do ensino regular.

Entre as principais finalidades do AEE estão a promoção da acessibilidade educacional, o desenvolvimento de recursos pedagógicos adaptados e a eliminação de barreiras que possam dificultar o processo de aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, o AEE busca oferecer estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada estudante, contribuindo para sua participação efetiva no ambiente escolar.

No caso dos estudantes surdos, as atividades desenvolvidas no AEE podem envolver o ensino da Libras, a ampliação do vocabulário em língua de sinais, o desenvolvimento de estratégias de leitura e escrita em língua portuguesa e/ou a utilização de recursos visuais e tecnológicos que favoreçam o processo de aprendizagem.

Segundo Damázio (2007), o AEE constitui um espaço pedagógico fundamental para a construção de estratégias educacionais inclusivas, especialmente quando articulado com as práticas pedagógicas do ensino regular. Para a autora, o AEE deve atuar de forma integrada com os demais profissionais da escola, promovendo ações que favoreçam a participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares e ampliem suas possibilidades de aprendizagem.

Nesse sentido, o sucesso desse serviço depende não apenas da existência de espaços físicos adequados, mas também da formação dos profissionais que atuam nesse atendimento e da articulação entre o AEE e as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino regular. Quando bem estruturado, o AEE pode contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva, garantindo que os estudantes surdos tenham acesso ao conhecimento em condições mais equitativas quando comparado com as ouvintes.

### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida a partir de um relato de experiência no contexto do estágio supervisionado. A abordagem qualitativa mostra-se adequada a este estudo por possibilitar a compreensão aprofundada das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas no ambiente educacional.

Nesse sentido, Minayo (2001, p. 21) afirma que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”, permitindo uma análise mais sensível dos fenômenos educacionais. O relato de experiência, enquanto metodologia, possibilita a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, articulando teoria e prática no processo formativo.

O Relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (Mussi; Flores e Almeida, 2021, p. 65).

De acordo com Daltro e Faria (2019, p. 234), o relato de experiência constitui-se como uma produção científica na qual:

A experiência vivida deve se apresentar a partir de sua natureza vária. Não se trata de descrever a impossível coisa em si, mas de, a partir da experiência do autor, gerar novas noções teóricas com capacidade de provocar a emergência de outras problematizações e processos; isso inclui uma gama de potentes e necessários elementos, vinculados ao território físico e social, sujeitos, práticas e processos; além da dimensão temporal e relacional, combinando-se a seus efeitos. Trata-se de apresentar, de forma objetiva e rica, o cenário, o texto, os atores e as técnicas utilizadas, em conformidade com o contexto dos envolvidos na experiência, de forma descritiva.

Sob essa perspectiva, o relato de experiência não se limita a uma simples descrição dos acontecimentos vividos ao longo de uma prática. Mais do que narrar fatos em ordem cronológica, ele envolve um processo de reflexão crítica por parte do pesquisador, que interpreta e ressignifica aquilo que foi vivenciado. Nesse sentido, não se trata de apresentar a realidade tal como ela é, de forma neutra, mas de analisá-la a partir de um olhar sensível e investigativo. É justamente nesse movimento que a experiência cotidiana ganha valor científico, pois, ao ser pensada criticamente, pode contribuir para a construção de novos conhecimentos e compreensões sobre o contexto estudado.

Além disso, a elaboração de um relato de experiência exige um equilíbrio entre descrever de forma detalhada o que foi vivido e manter o rigor acadêmico necessário à pesquisa científica. Ao apresentar o cenário, os sujeitos envolvidos e as práticas desenvolvidas, o pesquisador possibilita que outros profissionais compreendam aquele contexto e reflitam sobre suas próprias práticas. Dessa forma, o relato não se encerra em si mesmo, mas se torna um ponto de partida para novas reflexões e investigações. Assim, mais do que registrar uma experiência, essa metodologia se configura como um exercício de análise, aprendizado e transformação no campo profissional e educacional.

No que tange aos procedimentos adotados durante o estágio supervisionado foram organizados de forma a possibilitar uma compreensão ampla do funcionamento do AEE e das práticas pedagógicas voltadas ao ensino de Libras. Inicialmente, foi realizada a observação das atividades desenvolvidas na sala de AEE, com o objetivo de compreender a dinâmica do atendimento, as estratégias de ensino utilizadas, os recursos pedagógicos disponíveis e as interações entre professores e estudantes.

Em seguida, ocorreu a etapa de regência, na qual foram planejadas e executadas atividades pedagógicas voltadas ao ensino de Libras e ao apoio no desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua para a estudante surda. Essa etapa permitiu a vivência prática da docência, possibilitando a aplicação de metodologias e a adaptação de conteúdos conforme as necessidades da aluna.

Outro procedimento adotado foi a realização de entrevistas semiestruturadas com professoras que atuam no AEE, buscando compreender suas percepções sobre a educação inclusiva, as metodologias utilizadas, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Essas entrevistas contribuíram para ampliar a compreensão sobre o contexto educacional e enriquecer a análise da experiência.

Além disso, foram realizados registros sistemáticos das atividades desenvolvidas, por meio de anotações reflexivas, que possibilitaram a análise posterior das práticas observadas e vivenciadas. Dessa forma, os procedimentos adotados no estágio permitiram não apenas descrever o contexto educacional, mas também refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas e suas implicações para a educação de estudantes surdos.

Dessa forma, os procedimentos adotados permitiram compreender o funcionamento do AEE e analisar, de forma crítica, as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de Libras. A articulação entre observação, regência, entrevistas e registros reflexivos contribuiu para a integração entre teoria e prática, favorecendo a construção de estratégias mais inclusivas voltadas aos estudantes surdos.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados produzidos durante o estágio supervisionado permitiu compreender que o AEE ocupa uma posição central no processo de escolarização da estudante surda observada, sobretudo por se constituir como um espaço em que a mediação pedagógica se aproxima mais diretamente de suas necessidades linguísticas. As observações realizadas

indicaram que a sala de AEE não funcionava apenas como um apoio complementar ao ensino regular, mas, em muitos momentos, assumia papel decisivo na construção de sentidos, na ampliação do repertório linguístico em Libras e no fortalecimento do acesso à língua portuguesa escrita. Esse dado revelou que, na prática, o AEE ultrapassa uma função meramente auxiliar e passa a exercer um papel estruturante na trajetória escolar do estudante surdo, especialmente quando o ensino regular ainda não consegue garantir plenamente acessibilidade linguística.

No que se refere às práticas pedagógicas observadas, verificou-se que a mediação visual, o uso de gravuras, atividades impressas adaptadas, jogos e explicações em Libras favoreciam maior envolvimento da aluna com as propostas desenvolvidas. Esse resultado aponta para a importância de estratégias que respeitem a experiência visual da pessoa surda e confirma o que a literatura da área já vem assinalando: a aprendizagem do estudante surdo se fortalece quando a organização didática considera a língua de sinais como eixo de acesso ao conhecimento. Nesse sentido, os dados observados durante o estágio dialogam com a perspectiva bilíngue, segundo a qual a Libras deve ocupar lugar de centralidade no processo educativo, não apenas como recurso comunicacional, mas como língua de instrução e produção de conhecimento.

Entretanto, os dados também revelaram limites importantes no contexto investigado. Um dos principais aspectos identificados foi a precariedade dos recursos materiais disponíveis na sala de AEE. Nas entrevistas realizadas com as professoras, surgiu a informação de que faltavam equipamentos básicos, como computador e impressora, e que, em algumas situações, as docentes precisavam utilizar recursos próprios para confeccionar ou viabilizar materiais didáticos.

Esse dado é extremamente relevante, pois demonstra que a efetivação das políticas de inclusão, embora prevista no plano legal, ainda encontra obstáculos concretos no cotidiano escolar. Há, portanto, um descompasso entre o que as normativas educacionais propõem e as condições reais de funcionamento dos serviços especializados.

Outro dado significativo diz respeito às dificuldades de aprendizagem e engajamento da aluna acompanhada durante o estágio. O relato aponta que a estudante demonstrava resistência a determinadas atividades e maior envolvimento apenas com temas que despertavam seu interesse, como ocorreu no plano relacionado à alimentação saudável. Esse elemento, longe de ser interpretado apenas como falta de interesse individual, precisa ser analisado à luz do contexto educacional e linguístico da estudante.

A resistência observada pode indicar, por exemplo, experiências anteriores de escolarização pouco significativas, fragilidades no acesso linguístico aos conteúdos ou mesmo estratégias pedagógicas que ainda não dialogavam plenamente com sua realidade e com seus interesses. Assim, os dados sugerem que o engajamento da estudante estava diretamente relacionado ao grau de contextualização, visualidade e significado das atividades propostas. Quanto mais a prática pedagógica se aproximava do cotidiano e das experiências concretas da aluna, maior parecia ser sua participação no processo de aprendizagem.

Por sua vez, as entrevistas com as profissionais do AEE também forneceram dados importantes para a análise. Quando uma das professoras afirma que os docentes realizam adaptações, mas que a aluna “não acompanha”, e outra destaca que “é tudo novo” e que o Projeto Político-Pedagógico ainda estava em atualização, observa-se que a inclusão escolar, naquele contexto, encontra-se em processo de construção, mas ainda sem consolidação institucional plena. Essas falas revelam uma tensão recorrente na educação inclusiva: a matrícula do estudante surdo na escola comum já representa um avanço do ponto de vista do acesso, porém a permanência com aprendizagem ainda depende de múltiplos fatores, como formação docente, articulação pedagógica, planejamento institucional e condições de acessibilidade linguística. Nesse caso, os dados indicam que a inclusão acontece de forma parcial, pois há esforços e intencionalidade pedagógica, mas ainda persistem fragilidades na sistematização das práticas escolares voltadas aos estudantes surdos.

11

Outro aspecto relevante identificado nos dados refere-se à socialização da estudante surda no ambiente escolar. As profissionais entrevistadas mencionaram dificuldades ligadas à comunicação, à interação com os professores e ao ensino adaptado. Esses elementos permitem compreender que a inclusão da pessoa surda não pode ser reduzida à oferta de um espaço especializado no contraturno.

Nesse sentido, a permanência qualificada no ensino regular exige uma escola linguisticamente acessível, na qual a Libras circule não apenas no AEE, mas também nas relações cotidianas, nas práticas de ensino e na cultura escolar. Quando isso não ocorre, o estudante surdo tende a vivenciar situações de isolamento comunicativo, o que compromete não apenas a aprendizagem, mas também sua experiência social e afetiva no espaço escolar. A análise dos dados, portanto, evidencia que o AEE é importante, mas não suficiente, se a escola como um todo não assume a inclusão linguística como compromisso coletivo.

A experiência de regência também produziu dados relevantes. Ao planejar e executar atividades voltadas ao ensino de Libras e ao apoio ao desenvolvimento da língua portuguesa escrita, tornou-se possível perceber que a prática docente com estudantes surdos exige flexibilidade metodológica, atenção constante à visualidade, seleção cuidadosa de recursos e, sobretudo, sensibilidade para interpretar os modos como o estudante responde às propostas.

Esse dado reforça que o ensino de surdos não pode ser conduzido a partir de modelos pedagógicos homogêneos. Pelo contrário, ele requer adaptação, escuta pedagógica e compreensão de que a aprendizagem se dá por percursos singulares. Nesse sentido, o estágio revelou que a docência no contexto da educação de surdos é atravessada por desafios específicos, mas também por possibilidades significativas de construção de práticas mais dialógicas e inclusivas.

Do ponto de vista analítico, os dados evidenciam uma contradição importante: embora existam marcos legais robustos que reconhecem a Libras, a educação bilíngue e o direito ao atendimento especializado, a materialização dessas garantias ainda acontece de forma desigual no cotidiano escolar. A escola observada apresenta iniciativas importantes, como a existência da sala de AEE, a atuação de profissionais com formação na área e o uso de estratégias adaptadas. No entanto, as limitações estruturais, a fragilidade de recursos e as barreiras comunicacionais mostram que a inclusão ainda se realiza mais por esforço dos profissionais do que por uma política institucional consolidada.

12

Essa constatação é relevante porque desloca a análise de uma leitura meramente individualizante para uma compreensão estrutural do problema: as dificuldades enfrentadas não decorrem apenas do estudante ou do professor, mas de condições mais amplas que atravessam a organização da escola pública e a implementação das políticas educacionais.

Assim, os resultados do estudo permitem afirmar que o AEE constitui um espaço pedagógico de grande relevância para o desenvolvimento linguístico e educacional do estudante surdo, sobretudo quando promove o fortalecimento da Libras e utiliza estratégias visuais e contextualizadas. Contudo, os dados também demonstram que a efetivação de uma educação bilíngue de qualidade depende de ações mais amplas, que envolvam formação continuada dos profissionais, disponibilização de recursos didáticos e tecnológicos, articulação entre AEE e ensino regular e de uma cultura escolar mais acessível à diferença linguística.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada neste estudo demonstrou que o AEE tem um papel essencial na aprendizagem de estudantes surdos, especialmente por possibilitar o uso da Libras como meio principal de comunicação e acesso ao conhecimento. As práticas observadas mostraram que, quando o ensino considera a visualidade, a contextualização e a língua do estudante, há maior envolvimento e compreensão dos conteúdos. No entanto, também ficaram evidentes desafios importantes, como a falta de recursos, as dificuldades de comunicação no ensino regular e a necessidade de maior integração entre os profissionais da escola. Esses aspectos revelam que, embora a inclusão esteja garantida em documentos legais, sua efetivação ainda depende de melhorias concretas no cotidiano escolar.

Diante disso, torna-se fundamental compreender que o AEE não deve atuar de forma isolada, mas em articulação com toda a escola, fortalecendo práticas pedagógicas que valorizem a Libras e respeitem as especificidades dos estudantes surdos. A experiência do estágio supervisionado contribuiu significativamente para a formação docente, ao permitir refletir sobre a prática e reconhecer tanto os avanços quanto os desafios presentes na educação inclusiva. Assim, reforça-se a importância de investir na formação continuada de professores, na ampliação de recursos e na construção de uma escola mais acessível, capaz de promover uma inclusão que seja, de fato, significativa e transformadora.

## REERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 2021.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Gabriela Silva. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.

223- 237, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a política educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-64, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MUSSI, Ricardo; FLORES, Fábio; ALMEIDA, Cláudia. **Relato de experiência como método de pesquisa em educação**. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 44, p. 60-75, 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STOKOE, William C. **Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf**. Buffalo: University of Buffalo, 1960.